

CONCEITOS-CHAVE DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

DOCUMENTO ABERTO PARA DISCUSSÃO

APOIO



REALIZAÇÃO



CONCEITOS-CHAVE DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

DOCUMENTO ABERTO PARA DISCUSSÃO

APOIO



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

Governador do Estado

Marcelo Mattos Araújo

Secretário de Estado da Cultura

José Roberto Sadek

Secretário Adjunto

Renata Vieira da Motta

Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

FICHA TÉCNICA

Conceitos-chave da Educação em Museus

Documento aberto para discussão

Comitês técnicos

Os comitês técnicos são instâncias de articulação entre a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) e as Organizações Sociais de Cultura parceiras na gestão dos 18 equipamentos museológicos próprios da Secretaria da Cultura. Os comitês são formados pelas equipes técnicas da UPPM e dos museus e visam à parametrização de políticas públicas para a área museológica, ao aprimoramento técnico e ao fortalecimento institucional dos museus da Secretaria. Atualmente, são três comitês técnicos em atividade e que tratam das políticas de Acervo, de Infraestrutura e de Educação.

Coordenação

Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico

Cristiane Batista Santana

Kelly Rizzo Toledo Cunegundes

Mirian Midori Peres Yagui

Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus

Davidson Panis Kaseker

Luiz Fernando Mizukami

Centro de Referência de Educação em Museus do Museu da Língua Portuguesa

Marina Toledo

Conteúdo

Comitê Educativo

Texto

Grupo de Trabalho 1- Conceitos (Composição 2013-2014)

Anny Christina Lima (Poiesis – Organização Social de Cultura)

Caroline Grassi Franco de Menezes (Memorial da Resistência de São Paulo)

Carlos Barmak (Museu da Casa Brasileira)

Christiana de Moraes e Silva (Paço das Artes)

Mila Milene Chiovatto (Pinacoteca do Estado)

Revisão técnica

Cristiane Batista Santana

Kelly Rizzo Toledo Cunegundes

Mirian Midori Peres Yagui

Projeto gráfico e diagramação

Hugo Takeyama Gomes

APOIO



REALIZAÇÃO





COMITÊ EDUCATIVO

Compartilhando Ideias e Desafios

A Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo atua por meio de unidades gestoras, que elaboram diretrizes para a política cultural do Estado e acompanham os contratos firmados com as Organizações Sociais, parceiras na gestão de seus equipamentos culturais.

A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) é a responsável pelas diretrizes da área museológica e pela gestão de 18 museus do Estado ¹, a partir da parceria com Organizações Sociais de Cultura. Para o desenvolvimento da política cultural desse conjunto de museus, visando ao aprimoramento técnico e fortalecimento institucional, a UPPM atua por meio de comitês técnicos, sendo eles: Acervo, Infraestrutura e Educativo.

No que diz respeito ao Comitê Educativo, ele congrega a participação de coordenadores e educadores das equipes dos núcleos de ação educativa dos museus da Secretaria e equipe técnica da UPPM, objetivando a troca de experiências, reflexões e discussões a partir de uma estruturação baseada em grupos de trabalho, tornando-se um fórum privilegiado com ampla participação e interlocução entre os núcleos educativos.

Os temas discutidos pelo comitê foram selecionados por envolverem a relação da parceria entre a Secretaria da Cultura e as Organizações Sociais, que perpassam o desenvolvimento das ações educativas. Esses temas deram corpo à formação de quatro grupos de trabalho, que configuram autonomia aos participantes do comitê para construir referências com o intuito de suprir demandas comuns, elaborar conceitos unificados, estabelecer indicadores de monitoramento e criar parâmetros.

O Grupo de Trabalho 1 (Conceitos) foi criado com o objetivo de realizar um levantamento e reflexão sobre termos e conceitos-chave para a educação em museus, usualmente utilizados na área educativa dos museus, visando a estabelecer uma compreensão comum desses termos por parte do comitê, pelos núcleos educativos dos museus e pela Secretaria da Cultura.

Já o Grupo de Trabalho 2 (Indicadores), por meio da metodologia Balanced Scorecard ², tem atuado na identificação de indicadores para análise dos programas educativos, e na formulação de uma matriz de monitoramento que envolve aspectos de planejamento e gestão do educativo. Esta matriz está sendo amplamente discutida para o início de sua aplicação em fase de teste no ano de 2015.

Outro grupo formado, o Grupo de Trabalho 3 (Pesquisa de satisfação do público escolar), elaborou os modelos de pesquisa de perfil e satisfação de público escolar (professores e estudantes) atendidos pelos núcleos educativos e estabeleceu a metodologia de aplicação e análise dos dados coletados. Essas pesquisas, para além das já desenvolvidas por cada instituição e núcleo educativo, serão aplicadas periodicamente com o intuito de permitir a comparabilidade dos dados coletados, contribuindo para a transparência das ações desenvolvidas pelas instituições do Estado e proporcionando o conhecimento mais amplo desse público a fim de qualificar ainda mais as ações voltadas a ele.

1 Museus: Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida, Catavento, Museu Felícia Leirner, Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre, Museu Afro Brasil, Museu Casa de Portinari, Museu da Casa Brasileira, Museu da Imagem e do Som, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arte Sacra, Museu do Café, Museu do Futebol, Paço das Artes, Museu da Imigração, Pinacoteca do Estado, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência.

2 Balanced Scorecard é uma ferramenta de gestão que considera indicadores de desempenho estabelecidos a partir de objetivos estratégicos, permitindo definir metas e medir resultados.

O Grupo de Trabalho 4 (Mapeamento de normas e diretrizes de atendimento ao público), teve como objetivo realizar levantamento de referências de normas e diretrizes de atendimento ao público dos museus da Secretaria, a fim de mapear aspectos comuns quanto à orientação e ao atendimento do público visitante. Após reunir referências de normas e diretrizes dos 18 museus da Secretaria por meio de aplicação de questionário em suas equipes, o grupo organizou e analisou os resultados, os quais estão contribuindo como subsídios para a reflexão de políticas culturais como, por exemplo, a política de gratuidade dos museus da Secretaria da Cultura.

Todas essas ações realizadas pelos grupos de trabalho se complementam e contribuem para a elaboração de políticas para os museus e seus núcleos educativos.

CONCEITOS-CHAVE DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

O texto a seguir é fruto do trabalho realizado ao longo dos anos de 2013 e 2014 pelo Comitê Educativo, com a condução do *GT 1 – Conceitos*, e apresenta um documento aberto para discussão sobre os conceitos-chave para a educação em museus.

A perspectiva do Comitê Educativo é que, a partir da ampla divulgação deste documento, por meio de diversas plataformas como o Centro de Referência de Educação em Museus do Museu da Língua Portuguesa, o Museu para Todos da Pinacoteca do Estado de São Paulo e, especialmente, a partir de um fórum virtual no portal do Sistema Estadual de Museus - Sisem-SP (www.sisemsp.org.br), possamos receber a contribuição de profissionais de museus e instituições culturais do Estado de São Paulo e do país para dialogar com as referências que estamos trabalhando e que evidentemente não estão cristalizadas, e sim, em permanente construção, considerando-se os desafios da práxis educativa na relação do museu com diferentes públicos.

As contribuições recebidas resultarão na publicação da série “Museu Aberto – Documentos de referência”, cujo objetivo é construir e compartilhar documentos técnicos elaborados no âmbito dos Comitês Técnicos da UPPM.

É com enorme satisfação que apresentamos o documento aberto para discussão sobre os conceitos-chave para a educação em museus, que envolveu um processo de trocas de referências, leituras e diálogo entre os participantes do comitê, resultando na sistematização de um primeiro documento que abrange termos como ação educativa, serviço educativo, educador de museus, guia, monitor, mediador, público, programa, projeto, atividade e ação.

Esperamos que esse documento seja mais um canal de diálogo e construção de referências entre os profissionais que atuam ou se interessam pela educação em museus, e contribua para a profissionalização e qualificação da área.

Boa leitura!

Cristiane Batista Santana

Diretora do Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico
(Coordenação do Comitê Educativo)

Mirian Midori Peres Yagui

Técnica do Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico
(Coordenação do Comitê Educativo)



AÇÃO EDUCATIVA

Um pouco de história

Historicamente, o termo Serviço Educativo pressupõe estar a serviço de algo, ou seja, pressupõe falta de autonomia ou também mimetiza a nomenclatura das repartições públicas das décadas de 1970. Embora carregue a ideia de serviço público, pela memória daquela época, parece desigual tratar-se apenas a área educativa e não as demais áreas do museu com o nome de serviço.

Também na esteira histórica, a nomenclatura de núcleo educativo foi amplamente discutida no final da década de 1990 uma vez que tentava promover a conscientização de que a educação museal tinha conteúdos específicos, os quais eram de extrema densidade ao conjugar, no caso da arte, por exemplo, além de metodologias pedagógicas e dinâmicas de voz, postura, abordagem, etc. características dos processos educativos em museus. Com a mesma intenção e calcada nas nomenclaturas acadêmicas, também foram utilizados os termos departamento e área educativa.

Mais recentemente outra nomenclatura setorial vem sendo empregada para promover a compreensão de que esta área em particular se caracteriza por uma forma de constituição e operação distinta das demais do museu, imperando o termo ação educativa.

É importante ressaltar que os departamentos, núcleos ou programas de ação educativa recebem por parte de suas instituições distintos nomes, mas o que estas instâncias fazem é promover programas educativos.



Assim, é fundamental compreendermos que as diferentes nomenclaturas parecem perseguir historicamente as especificidades das funções e tipos de atividades desenvolvidas pelos setores educativos dos museus, na busca de sua autonomia e singularidade.

Da mesma forma existem diferentes nomenclaturas para denominar o profissional que realiza a interface e interação educativa junto ao público e ainda há que se debater a variedade dos diferentes tipos de interação realizados. Muitas vezes para a função de educador, até na mesma instituição, assume-se internamente ao setor educativo uma nomenclatura, outra para difusão das ações ao público, outra ainda expressa na carteira trabalhista etc. Também é necessário pensar nas diferentes formas de interação com o público a fim de diferenciá-las como, por exemplo, o equilíbrio sempre buscado entre as atuações do educador e dos atendentes de sala, orientadores de público etc.

EDUCAÇÃO EM MUSEUS

A educação em museus se insere no campo da educação não formal, diferenciando-se da formal, por seu caráter não cumulativo, realizada, no mais das vezes, em uma única oportunidade, durante a visita à instituição. Idealmente, deve ser pensada a partir das características institucionais (acervo, gestão, histórico, localização, missão etc.) e da variedade das expectativas de seus visitantes, não apresentando conteúdos organizados numa sequência formal como, por exemplo, no currículo escolar.

Um dos grandes desafios da educação museal é justamente responder à expectativa de uma variedade tão grande de públicos (como no item anterior), sendo necessária uma adequação dos meios (discursos, recursos, métodos etc.) utilizados nos processos educativos para possibilitar a acessibilidade cognitiva e atitudinal, na construção de conhecimentos (cognitivos, afetivos, sensíveis, críticos, desenvolvimento de habilidades etc.) a partir dos objetos e patrimônio preservados e/ou expostos pelo museu.

A experiência educativa em museus deve, ainda, equacionar aspectos do saber e do lazer, num espaço de convivência social, possibilitando a formação de vínculos entre os visitantes e, entre estes, a instituição e a cultura.

Entendemos que algumas funções são responsabilidades institucionais, mas na prática, muitas vezes são imputadas às áreas de educação em museus, tais como a responsabilidade por mobilizar a vinda de público à instituição, no sentido de aumentá-lo quantitativamente ou promover diversificação do público, no sentido de democratizar o acesso à cultura. É o museu como um todo que deve preocupar-se com estas questões, apresentando programações e sistemas de comunicação de qualidade, atraente, diversificada e acessível para um público mais vasto e abrangente.

Na tentativa de oferecer um panorama das diferentes nomenclaturas utilizadas e funções desempenhadas pelos trabalhadores das áreas de ação educativa dos museus, destacamos abaixo algumas terminologias e seus escopos de ação.

AÇÃO EDUCATIVA



As funções variam de acordo com as particularidades de cada instituição

GUIA

Profissional responsável por acompanhar as pessoas por um determinado caminho, tendo um percurso ou roteiro previamente determinado, oferecendo informações sobre pontos relevantes, sem a necessidade de construção de uma lógica que os articule. No caso da atuação nos museus, isso implica um profissional que não tem interesse ou capacidade para desenvolver um discurso autônomo e dialógico, ou seja, os discursos não são construídos a partir das demandas dos públicos.

ORIENTADOR DE PÚBLICO

Profissional responsável por fornecer informações pontuais sobre a instituição assim como orientar os visitantes do museu em relação a sua interação com as exposições e com o fluxo no espaço. Disponibiliza informações relativas ao funcionamento do museu e à programação geral da instituição, assim como informações pontuais sobre as exposições em cartaz (ou seja, não desenvolve uma ação com fins educativos nem com suas metodologias ou sistemas). Em muitas instituições possui a função central de vigia de sala, zelando pelo patrimônio material e orientando o público quanto às regras básicas de comportamento dentro da exposição. Pode exercer outras funções, tais como: responsável pelo guarda-volumes, entrega de material gráfico aos visitantes, manutenção dos espaços, apoio nas visitas educativas.

Algumas instituições buscam potencializar o contato do orientador com o público. No entanto é fundamental que haja uma consciência do perfil e limites de cada função. Na prática esta diferença pode parecer pequena, pois no contato com o público, o orientador pode avançar no diálogo a partir do que ele sabe sobre a exposição. Portanto, para exercer a função de educador além da comunicação com o público é necessário um conhecimento aprofundado sobre os objetos a serem mediados e também sobre educação.

MONITOR

Esse termo ainda resiste na memória popular, inclusive das instituições, pois nas décadas de 80 e 90 do século passado, no Brasil, a palavra monitor, saída do rol acadêmico que designa o responsável por auxiliar o professor no processo de ensino, era utilizado para denominar a pessoa (geralmente ainda em processo de formação, ou seja, estudante) que realizava a interface educativa com o público. Naquela ocasião os processos educativos ainda eram vistos como a mera difusão ou tradução ao público dos conhecimentos produzidos pelos pesquisadores e curadores. Nesta perspectiva, o monitor seria visto como um veículo de transmissão, denotando, também, sua falta de autonomia. Em virtude do amadurecimento da área, que tem conquistado a autonomia em relação aos discursos curatoriais, tal termo tem sido despotencializado. Essa nomenclatura ainda persiste, porém acreditamos que seria mais adequada para nominar ações de atendimento geral ou orientação do público, sem a responsabilidade de realizar processos educativos ou de mediação.

MEDIADOR

É aquele que realiza a mediação. Ou seja, o profissional responsável por realizar um processo, composto por diferentes estratégias, por meio do qual se constrói significados no momento de encontro entre as partes; no caso do museu, do encontro entre o público e os objetos. É um dos mecanismos mais interessantes e atualmente mais utilizados pelos educadores.

EDUCADOR DE MUSEUS

Optamos por construir este conceito a partir da função desempenhada e não das diversas nomenclaturas recebidas nas diferentes instituições. Acordamos em definir o conceito em termos ideais. Também pontuamos a falta de referências bibliográficas que abordam especificamente este conceito. Salientamos, ainda, que esta definição trata da condição básica e mínima para se considerar “educador de museu”, podendo o mesmo agregar outras funções complementares surgidas das necessidades específicas de cada instituição e/ou situação (tais como redação de textos educativos, gestão de projetos, construção de projetos, gestão de pessoas, captação de recursos, etc.).

Os educadores de museu são responsáveis por ampliar a relação entre o museu e seus públicos, sendo mediadores do objeto do museu e do público visitante, no momento do fato museal. Ao agir neste encontro (fato museal) o educador atua no processo de manter contemporâneo o caráter comunicacional do patrimônio, manifestando a latência significativa dos objetos. Para dar conta dos desafios apresentados pela educação em museus, os educadores devem conhecer profundamente a natureza da instituição na qual atuam, bem como de seus objetos; ter facilidade comunicacional para com diferentes tipos de público, sabendo tratá-los com distintos métodos educativos, sempre buscando o mais adequado a cada qual, de modo crítico e em constante formação; ser respeitoso e ético no trato com todos; promover uma experiência positiva no momento do encontro entre visitante e objeto museal e estimular a construção de conhecimento significativo aos visitantes, a partir do contato com o patrimônio; possuem ainda uma responsabilidade para com a função preservacionista do museu, entre outros.

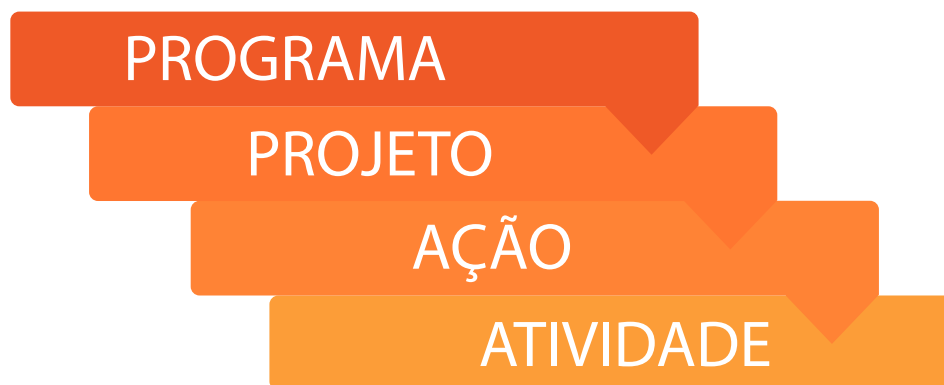
Ao servir como ligação, agente de promoção cultural e experimentador, o educador está situado na encruzilhada das trocas (sociais, culturais e afetivas) realizadas entre a instituição e a sociedade. Embora o museu em si, e todos os que trabalham nele, conjuguem a função de salvaguarda e comunicação, o educador, por construir conhecimento junto ao público por meio do diálogo, talvez seja quem melhor o conheça. Provavelmente por ser um dos únicos funcionários dos museus que dialoga diretamente com o público é também o que mais o conhece.

O processo de educação em museus deve ser visto com a mesma densidade de qualquer outro processo educativo, por isso é fundamental que os que atuem na área, independente da nomenclatura que recebam, tenham formação universitária, sejam profissionais (ou seja, contratados) e tenham sólida formação e prática na área de especificidade do museu e no campo pedagógico.

Entendemos que o termo educador pode ser utilizado como sinônimo de mediador, porém reconhecemos que a mediação é uma das maneiras de agir e que o educador, quando necessário, pode utilizar-se de outros sistemas no processo de educação museal. Também reconhecemos que outras nomenclaturas são usadas como sinônimo de educador, mas em nossa visão deveriam receber outra designação, a fim de evitar distorções. Citamos algumas tais como: monitor, estagiário, guia, orientador de público, entre outros.

NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA

A fim de organizar as realizações sob responsabilidade do núcleo de ação educativa, recorreremos à área de gestão de projetos e acordamos nas seguintes definições:



Um **Programa** é definido como um grupo de projetos relacionados, que tem definições estruturais e conceituais uníssonas, e duração temporal sistematizada, e que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios estratégicos e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente.

Um **Projeto** é um esforço temporário empreendido para criar um conjunto de serviços, produtos ou conhecimentos, visando a um resultado específico, ou seja, possui um foco de intenção. Um projeto pode ser replicado quantas vezes for necessário.

Uma **Ação** é um ato. Na linguagem corrente pode designar um projeto ou nomear parte dele, mas em termos de escala e tempo, normalmente indica um fazer pontual e de menor espectro do que um projeto. Pode, portanto, ser a implantação, execução ou efetivação das propostas de um projeto, ou de partes dele.

Uma **Atividade** denota um fazer, uma ação. Na linguagem corrente, entretanto, utilizamos a palavra atividade para nomear uma ação de caráter específico e temporalmente pontual. Em comparação às demais nomenclaturas expostas acima, seria a menor parcela de ação possível. Desta forma um conjunto de atividades, desde que conceitualmente articuladas num propósito específico, pode dar origem a uma ação ou a um projeto.

PÚBLICO DE MUSEUS

Todos e cada um de nós pode ser categorizado por diferentes critérios e pertencer a distintos grupos. Também é necessário notar que diferentes tipos de museu tem diferentes tipos de públicos. Toda a sociedade é potencialmente público de museu, ao mesmo tempo, como a função do museu é também educativa, todo o público visitante é também público educativo.

Grosso modo podemos pensar que o público de museu seja qualquer pessoa que visite o museu ou participe de suas ações / atividades (exposições itinerantes, ações extramuros, virtuais etc.) tendo como objetivo a finalidade da instituição (excetuam-se assim, p.ex. os prestadores de serviços).

PÚBLICO DAS AÇÕES EDUCATIVAS

Entendemos que o público das ações educativas é composto por todos os visitantes que participem das ações propostas pelo núcleo / setor / área / departamento educativo. Embora esta definição seja diferente em relação ao Catavento e à Casa Guilherme de Almeida, nos quais todos os visitantes são considerados públicos educativos, uma vez que a visitação só pode ser realizada mediante o contato com o educador e/ou monitor.

A função das ações educativas é contribuir para a formação do gosto pela frequência e usufruto da cultura, aspecto fundamental dos processos de democratização de acesso, conforme revelado pela pesquisa Públicos da Cultura, realizada pelo SESC em parceria com a Fundação Perseu Abramo. Neste sentido, público de ações culturais é diferente de público de ações educativas.

Os públicos recebidos pelas áreas educativas podem ser divididos de forma genérica em: aqueles organizados em grupos (de origem escolar ou outros grupos sociais geralmente ligados a instituições de naturezas diversas), que normalmente apresentam uma uniformidade etária e/ou cognitiva, além de interesses educativos direcionados por seus responsáveis; e aquele comumente nomeado de público espontâneo, ou seja, sem uma organização institucional formal, tais como famílias, indivíduos, amigos etc., que visitam o museu autonomamente, por motivos e com interesses distintos.

Dentro desta categorização, podemos diferenciar o público atendido pelos educadores do público participante de projetos e ações diferenciadas (ações extramuros, recursos interativos etc.).

Entre o público atendido pelo educador há ainda que se diferenciar as tipologias:

a) Público Agendado

Discutimos que esta categoria implica uma preparação anterior ou um interesse antecipado (nem que seja apenas organizar-se e ligar para realizar o agendamento ou o ônibus); também foi apontado que no mais das vezes esta categoria possui alguma vinculação institucional. Dentro desta categoria os melhores exemplos são as escolas ou grupos variados da educação formal.

b) Público Espontâneo

A - Público de ações educativas

A1 - Público agendado

- Professores / alunos / educação formal
- Públicos inclusivos / pessoas com deficiência
- Públicos inclusivos / em situação de vulnerabilidade social
- Ensino Superior (universitários / professores)
- Ensino Técnico (estudantes / professores)

A2 – Grupos institucionais

- Idosos / Crianças
- Instituições diversas (paróquias e igrejas, grupos de teatro, projetos sociais etc.)
- Públicos de ações extramuros / comunidades
- Público VIP / patrocinador (relacionado a valor econômico / político)
- Públicos potenciais (de acordo com a tipologia de museu, podem ser trabalhadores do setor de café etc)

A3 – Público espontâneo em geral

- Público infantil
- Idosos
- Famílias
- Turistas
- Público especializado (conhecedor da temática de que trata o museu)

CONSIDERAÇÕES

Esses foram os primeiros conceitos trabalhados nos últimos dois anos de atuação do Comitê Educativo. Espera-se que a partir do debate deste documento com os profissionais que atuam ou se interessam pela educação em museus, levantemos novos termos a serem discutidos no âmbito do comitê, dando continuidade a essa importante ação de interlocução, reflexão e troca de experiências sobre educação em museus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae. Educação em museus: termos que revelam preconceitos. Revista Museu. 2013. Disponível em:
<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=16434>. Acesso em: 18 fev 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.) . Waldisa Rússio Camargo Guarnieri - textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010. v. 2. 499 p.

CHIOVATTO, Mila Milene. *Educação Líquida*.
Disponível em: www.pinacoteca.org.br/museuparatodos. Acesso em: 18 fev 2015.

CHIOVATTO, Mila Milene; AIDAR, Gabriela. Museus. In: Palavras-chave em educação não-formal. Organizadores: Margareth Brandini Park, Renata Sieiro Fernandes, Amarildo Carnicel. – Holambra ; Editora Setembro; Campinas: UNICAMP/ CMU, 2007.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DEWEY, John. Arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Fundação Vanzolini. Curso de Formação de Gestores de Projetos de Arte e Cultura. PMBOK (Project Management Body of Knowledge).

Grupo de Trabalho Planejamento Estratégico Pinacoteca do Estado. Definições utilizadas no vocabulário controlado interno. 2011

LARROSA, Jorge. *Nietzsche e a Educação*. São Paulo: Ed. Autêntica, 2002.

MASSARANI, Luisa (org.) Diálogos & ciência: mediação em museus e centros de Ciência. Organizado por Luisa Massarani, Matteo Merzagora, Paola Rodari. – Rio de Janeiro: Museu da Vida; Casa de Oswaldo Cruz; Fiocruz, 2007. 92p., il.

TEIXEIRA, Anísio. [Tradutor de DEWEY, John]. *Vida e educação*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1959.